



INFORMATIVO

SindiAnápolis

Sindicato dos Funcionários e Servidores
Públicos Municipais de Anápolis

A voz, a vez, o espaço e a verdade do servidor

Edição nº 7 – dezembro de 2011

Sindianápolis recorre ao Ministério Público em favor do ISSA

Mesmo com insistentes apelos do Sindianápolis ao prefeito pela participação do COMAP no projeto de lei que estabelece a partição de massas dos segurados do ISSA, e mesmo com a legislação existente a respeito, o Executivo encaminhou o projeto diretamente à Câmara Municipal, sem considerar as propostas do conselho.

O Sindianápolis deu entrada a uma representação no Ministério Público pedindo as providências necessárias quanto ao projeto de lei de autoria do Poder Executivo municipal que institui a partição de massas previdenciárias dos servidores municipais, através do Instituto de Seguro Social de Anápolis (ISSA). O projeto contém várias regras que, se forem aprovadas da forma como estão sendo apresentadas, em médio prazo irão afetar negativamente os interesses dos servidores municipais “e a solidez econômica do próprio município”, diz a representação, datada de 6 de dezembro.

Na mesma data, o Conselho Municipal de Previdência (COMAP) encaminhou requerimento à Câmara pedindo a suspensão do andamento daquele projeto, até que o Poder Executivo cumpra o que é determinado pela Lei Complementar nº 77/2003, “no sentido de abrir plena e exaustiva discussão com o COMAP, órgão superior de normatização e deliberação, pertencente à estrutura básica do ISSA”.

MOTIVO

O Sindianápolis recorreu ao Ministério Público porque o projeto foi encaminhado pelo Poder Executivo diretamente à Câmara Municipal sem que várias propostas do conselho fossem levadas em consideração, além do descumprimento da Lei nº 77/2003, que determina a participação do COMAP no caso. Cerca de uma semana antes, no dia 25 de novembro, reunido com diretores e conselheiros do ISSA, o prefeito havia informado que, mesmo com sua posição divergindo da do Conselho e do Sindianápolis, as propostas seriam recebidas e haveria uma negociação.

Nos últimos seis meses, foram enviados três ofícios do COMAP ao prefeito pedindo empenho na discussão do projeto. Na edição de outubro deste informativo o assunto também foi abordado. Mesmo assim, só no dia 25 de novembro o chefe do Executivo veio a se reunir com os conselheiros. Na reunião, ficou combinado que ele enviaria o texto (minuta) para que os conselheiros discutissem e apresentassem oficialmente as propostas que julgassem oportunas. Só depois o projeto seguiria para a Câmara.

“Estávamos em reunião ontem cedo (terça-feira, 6 de dezembro), quando fomos informados de que o prefeito já havia encaminhado



Em novembro o prefeito Antônio Gomide prometeu apresentar o projeto ao conselho, antes de encaminhá-lo para a Câmara

o projeto à Câmara”, relata a presidente do Sindianápolis, Regina de Faria. Ela explica que as propostas do COMAP já estavam prontas e em condições de ser apresentadas e negociadas quando recebeu a “notícia de que o projeto já estava na Câmara para ser votado”.

Entrevistada por uma emissora de rádio, Regina declarou: “O Sindicato levou propostas para as reuniões com vários avanços, que se não eram tudo o que desejavamos, pelo menos representava uma negociação entre ambas as partes. Por isto, é uma grande decepção estar aqui agora dando esta notícia”, disse Regina.

A atitude do Executivo causou estranheza tanto aos membros do conselho quanto na direção do Sindianápolis, porque “todos aguardavam pelo texto do projeto, confiando na palavra dada pelo prefeito há dez dias”, considerou o presidente do Comap, Zeomar Gordo.

MAIS DE DOIS ANOS

Há mais de dois anos o COMAP vem se reunindo para deliberar sobre a data (ou ano) de corte para partição de massas do ISSA. Em reunião ordinária do dia 12 de julho o conselho deliberou por 2004, seguindo orientação do consultor Antonio Mário Rattes de Oliveira, atuário que desde 1988 estuda e orienta sobre o mercado de previdência social de servidores.

Já naquela ocasião a escolha de 2004 foi infor-

mada ao prefeito. No dia 25 de novembro o prefeito apresentou posição divergente da dos conselheiros, mas garantiu que aguardaria as sugestões do COMAP. “Apesar disso, o projeto foi enviado sem a devida apreciação e concordância do COMAP; o prefeito deve estar confuso ou mal assessorado”, declarou um dos membros do conselho que atua em cargo próximo ao gabinete.

A presidente do Sindianápolis, por sua vez, explica que para um equilíbrio econômico-financeiro do ISSA, “o município deve pensar numa repartição que coloque o máximo de servidores no sistema capitalizado e a melhor data de corte para isto é em 2004”. O prefeito e sua assessoria, contudo, não se mostram dispostos a aceitar esta orientação.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA

Sistema capitalizado é aquele em que o ISSA tenha um fundo previdenciário que pode manter o funcionamento do instituto caso alguma administração municipal, no futuro, venha inadimplir (isto é, deixar de fazer a transferência dos pagamentos a pensionistas e aposentados). Para formação desse fundo, a Prefeitura precisa repassar mensalmente ao instituto um montante, além das aposentadorias e pensões já devidas atualmente.

A Determinação do Ministério da Previdência é para que o município decida ainda em

2011 sobre um ponto de corte, separando para efeito administrativo os servidores ativos em duas partes, antes e depois de uma data definida pela Prefeitura em acordo com o COMAP (que é o Conselho Deliberativo do ISSA). Sem este procedimento, o município deixa de receber o Certificado de Registro Previdenciário (CRP), o que impossibilita o repasse de verbas federais para Anápolis.

POSIÇÃO EQUIVOCADA

“A posição do prefeito e do secretário da Fazenda José Roberto Mazon é por uma partição no ano de 2012, contrariando aquilo que recomendou o atuário, que é colocar o máximo de servidores no sistema capitalizado”, explica Regina de Faria. Comentando a atitude da administração, ela declara que “a atitude do Executivo traz preocupação ao COMAP e ao Sindianápolis porque significa que o instituto previdenciário vai iniciar sem nenhum servidor, o que é considerado uma situação irregular por alguns juristas”. Regina pondera que inclusive os 1.106 concursados neste ano (607 da Educação e 499 da Saúde) não seriam contados no sistema capitalizado. “Por isso é que há tanto tempo estamos tentando uma negociação que beneficie os servidores da melhor forma”, afirma.

No encontro do dia 25 de novembro, o secretário Mazon disse que: “a partição em 2004 é bom para o ISSA [os servidores], mas não é bom para nós [os gestores da Prefeitura]”.

O COMAP faz parte da composição do ISSA juntamente com a Diretoria, e é entendido como órgão de deliberação. Por isto, de acordo com o Art. 91, IV, V e VI, da Lei Complementar 77/2003, o projeto de lei que institui a partição de massas, unilateralmente enviado à Câmara Municipal pelo Poder Executivo, deve obrigatoriamente ter a aprovação da maioria dos membros do Conselho.

Para Regina de Faria, “as conseqüências de uma aprovação do projeto como está, ao arripio da participação do COMAP, serão graves em médio prazo, para a integridade financeira do ISSA e o futuro dos servidores”, analisa a presidente, acrescentando ainda que “o procedimento do Executivo neste caso fere todos os preceitos morais de democracia, além de ferir a própria legalidade”.

A cada servidor municipal a
direção do SindiAnápolis deseja

Feliz Natal e Próspero 2012

“E o Verbo se fez carne e habitou entre nós.” (João 1:14)

Palavras da presidente

Caríssimos,

Estamos no final de mais um ano. As festas de Natal se aproximam e o momento é de reflexão e balanço do que vivemos.

Nossa alegria é imensa ao compartilhar a sétima edição de nosso boletim informativo. Desta forma, podemos levar a cada servidor nossas lutas, angústias e vitórias.

Não posso deixar de externar minha tristeza

por ter vivenciado momentos de grande decepção e frustração.

Ao ler atentamente as informações desta edição vocês vão me entender e com certeza compartilhar o mesmo sentimento. O

Sindianápolis representa a família dos servidores da prefeitura de Anápolis e por isto, tudo o que acontece com cada um de nós reflete em todos.

A esperança é

fundamental para que possamos continuar a alimentar o sonho de que seremos respeitados na medida certa de nosso valor enquanto servidores que constroem a história de nosso município.

Nesta alternância de prefeitos é o nosso suor e dedicação que está impresso nas ações governamentais, independente da pessoa que detém por um curto período de tempo o poder da caneta.

No espírito natalino vamos pedir que o exemplo de Salomão ao

escolher a sabedoria e não poder seja a estrela guia para nossos governantes.

Quero comungar com vocês a certeza de que o Verbo se fez carne e habitou entre nós para melhor experimentar nossas dores e alegrias, nossas derrotas e vitórias, nossa solidão e nossas festas. Jesus nos ensinou a carregar o peso uns dos outros, a amar e a nos olhar como irmãos uns dos outros.

Feliz Natal e um Novo Ano com justiça e verdade acompanhadas de grandes vitórias e conquistas.



Regina de Faria Brito
Presidente

EMPRESAS CONVÊNIDAS AO SINDIANÁPOLIS

Drogaria Nacional

Avenida Pedro Ludovico nº 553 – centro
Telefone: 3099 4009

Droga Master

Avenida Fabril nº 200 – vila fabril
Telefone: 3388 3100

Laboratório Bioclinico – Dr Roberto Salomão

Avenida Barão do Rio Branco 1246 – centro
Telefone: 3311 3409

Laboratório Atalaia

Rua Coronel Batista 83 – centro
Telefone: 33214023

Ótica Santa Luzia

Rua Manoel D' Abadia nº 255 – centro
Telefone: 3324 0828

Laboratório Nossa Senhora Aparecida

Rua Cel. Batista, nº 29 - centro
Telefone: 3311 1011

Tratamento Odontológico Gratuito

Sindianápolis
Horário de Atendimento: das 6h30min às 8 horas, de segunda a sexta-feira.

Jóquei Clube de Anápolis

BR 060, km 124 - Bairro de Lourdes

Lei possibilita escolha do banco pelo servidor

A partir de 2 de janeiro de 2012, estará em vigor a Resolução nº 3.424/2006 do Banco Central, que possibilita ao funcionalismo a escolha da instituição bancária em que cada servidor quer receber o próprio salário.

Por outra Resolução, a de nº 3.402/2006, os bancos que prestam serviço no pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e simila-

res, já estavam obrigados a proporcionar aos respectivos correntistas “contas não movimentáveis por cheque”, e sem a incidência de taxas ou tarifas de manutenção.

O Sindianápolis está mantendo contato com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para conhecer as vantagens que cada uma das instituições pode fornecer aos funcionários municipais de Anápolis. O resultado da pesquisa será in-

formado aos servidores sindicalizados para que cada um decida pelo banco que desejar.

CARTEIRA DO SINDICATO

As carteiras de identificação dos servidores municipais sindicalizados estão em fase de produção pelo Sindianápolis, e brevemente, serão enviadas pelo correio para que os sindicalizados possam usufruir dos benefícios dos convênios firmados.

Plano de Cargos sofre alteração sem análise prévia

O Sindianápolis encaminhou à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, no dia 22 de novembro, um ofício de manifestação expressa de desagravo em virtude das alterações promovidas pelo Projeto de Lei Complementar nº 24/2011 na Lei Complementar nº 212/2009 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores municipais de Anápolis - PCCV).

Segundo o documento do Sindianápolis, o projeto nº 24/2011 promove profundas modificações na Lei 212/2009, “sendo certo que nenhuma delas foi objeto de análise prévia e opinativa pelo sindicato representativo”.

A omissão daquela secretaria em comunicar ao Sindicato o processo de alteração da Lei Comple-

mentar nº 212/2009 desrespeita o Sindianápolis “na condição de representante dos interesses e prerrogativas dos servidores públicos municipais”. O Sindianápolis “participou das discussões acerca da gestação e implantação da Lei 212 desde a origem, ou seja, desde as primeiras e embrionárias reuniões”.

O ofício também menciona que a condição participativa do Sindicato havia sido assunto de pauta de reunião na Secretaria, no dia 3 de junho, com o assunto até sendo publicado no jornal do Sindianápolis, na edição de número 5.

“Vários pontos no projeto de lei do Poder Executivo modificando a Lei Complementar 212/2009 e aprovado pela Câmara Municipal carecem de análise mais aprofundada”, diz a presidente do Sinda-

nápolis, Regina de Faria, dando como exemplo o caso em que os professores das escolas de arte vinculadas à Secretaria Municipal de Cultura foram afrontados por mudança decidida unilateralmente.

PROFESSORES DE ARTE

Dentre os tópicos contidos na mudança da Lei Complementar nº 212/2009, que estão causando polêmica, encontra-se a extinção do cargo de professor de artes (plásticas, de música, de teatro e outros), que passa a ser enquadrado como “analista de arte” e vinculado à Secretaria de Educação.

O assunto está sendo tratado pela assessoria jurídica do Sindianápolis e deverá ter prosseguimento legal, segundo informaram professores atingidos pela medida unilateral.

Sindianápolis tem assento na 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social

Durante a realização da 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social, realizada em Goiânia, no dia 1º de dezembro, a presidente do Sindianápolis, Regina de Faria, foi escolhida para compor a delegação goiana, representando a sociedade civil, no certame em nível nacional, a se realizar em Brasília, de 18 a 21 de maio de 2012. Serão 47 delegados por Goiás.

A 1ª Conferência Estadual ocorreu após a realização da fase municipal, que em Anápolis foi realizada em 21 de outubro. Regina de Faria participou dos dois eventos representando o Sindianápolis.



SindiAnápolis Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Anápolis

Filiado à NCST - Gestão 2010 a 2013

PRESIDENTE
Regina Maria de Faria Amaral Brito

VICE-PRESIDENTE
Agmar Beta de Melo
(Miryan Marques - suplente)

SECRETÁRIO GERAL
Odeval Nunes da Silva
(Marly Denadeti Nince - suplente)

TESOUREIRO
Ademir Silva Pereira
(Walkimar Agripino de Oliveira - suplente)

CULTURA
Davison de Oliveira
(Glaby Cristina de Oliveira - suplente)

DIRETOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO
Yuri Gargarin de Almeida
(Genuíno de Souza - suplente)

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA
Celso Oliveira Ribeiro
(Sula Ângela de Aquino Santos - suplente)

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS
Valdeci Ferreira Lemos
Francisco de Assis L. Oliveira
Roberto Luiz Pinheiro
Wesley Rodrigues de Souza

Vilmar Martins Ribeiro
José Silva
Constância P. S. Nascimento

CONSELHO FISCAL
Francisco Brás de oliveira
Rafael Gonçalves Leal
Norma Lins de Miranda
Tânia Modesto da Cunha
Wolney Santana dos Santos
Jacir de Souza e Bragança

ENDEREÇO
Av. Federal, s/nº - Feirão do São Jorge - Anápolis - GO
Telefone (62) 3324-0490
sindianapolis@bol.com.br
sindianapolis.blogspot.com
www.sindianapolis.org

As matérias assinadas não representam necessariamente a opinião do Sindicato.

Tiragem: 5.000 exemplares

O ISSA EM MÃOS ALHEIAS...

MYRIAM MARQUES

Foi batido o martelo: a Lei que diz respeito às mudanças na forma de pagamento dos proventos destinados aos aposentados e pensionistas do Instituto de Seguridade dos servidores de Anápolis está pronta e não se discute!!!

O Conselho Municipal de Previdência Social após incansáveis reuniões, debates, consultas a especialistas, viu-se preocupado com o destino do ISSA. No entanto, forças maiores cujo poder excede a todo entendimento, resolveu, decidiu, delegou, imperou, pronunciou, e enviou para a Câmara Municipal, a Lei que irá definir o destino dos funcionários efetivos municipais.

Caros colegas, prezados companheiros, senhores e senhoras que já engrossam as fileiras da aposen-

tadoria: Viemos informar-lhes que no que dependeu de nós, da nossa luta, da nossa dedicação voluntária na defesa dos funcionários públicos aposentados da cidade de Anápolis, lutamos para preservar o respeito e a consideração por todos, indistintamente, porém, como é de costume, nada do que foi discutido, analisado, debatido, conversado no transcorrer dos dois anos de reuniões, foi respeitado.

O destino dos aposentados e pensionistas de Anápolis está em mãos alheias. Os vereadores de Anápolis irão votar a LEI DE REPARTIÇÃO DE MASSAS sem nenhuma participação nas discussões ocorridas. Um dos maiores especialistas em cálculo atuarial, Dr. Mário Rattes, foi consultado pelo Conselho do ISSA afim de que pudéssemos compreender o processo de repartição de massas a ser implantado e qual a melhor medida a ser toma-

da. Medida esta, que preservaria a tranquilidade dos nossos aposentados no que tange ao recebimento de seus salários.

Faz-se necessário que todos nós saibamos que a referida Lei que será votada na Câmara Municipal, decidirá o futuro de todos nós. Lei que não conde com as alternativas apresentada pelo especialista em avaliação atuarial.

Assim sendo, queremos informar à sociedade Anapolina que o Conselho Municipal e o Sindicato dos Funcionários Públicos não concordam com as medidas tomadas e avisam, nesta data, que a bomba não será desativada, apenas conseguirão mexer no relógio do tempo, adiando o problema. Que fique registrado a quem possa interessar, para que no futuro não venham acusar-nos de omissos. Deus nos abençoe!!!



Myriam Marques é membro do Conselho Municipal de Assistência Social

REVISTA VEJA, OLHE.

ZEOMAR GORDO

Desejo parabenizar toda a Imprensa Brasileira, seja televisada, falada ou escrita que, de uma forma ou outra, vem denunciando as mazelas dos nossos administradores públicos, seja na área federal, estadual ou municipal, bem como fiscalizando os Poderes (?) Judiciário, Legislativo e o já citado Poder (?) Executivo.

Diante das imundices que temos vistos neste Brasil varonil, seja de Norte a Sul ou de Leste a Oeste, a situação precisa ser mais bem fiscalizada, já que o responsável muitas das vezes não dispõe de tempo (???) suficiente.

Pois bem, aqui vai uma pequena sugestão às empresas de televisão, jornais, rádio e principalmente a nossa valorosa revista Veja que, diga-se de passagem, eu a recebo em minha residência toda semana, em que pese eu a esteja buscando no

antigo endereço pois, até agora não a mudaram para o novo domicílio.

Pois bem, vamos à sugestão do velho aposentado do ISSA que, de marajá não tem nada, pois o Dieese, afirmou em bom tom que o famigerado salário mínimo deveria ser superior a R\$ 2.300,00.

Daí, bem, daí eu posso ser um marajá do tapete furado e ainda credor de 4 (quatro) meses de salários de 1996, e mais 4 (quatro) de salários de 2000 que, por sinal, na semana que passou fui até ao Presidente Câmara e pedi que o nosso Poder Legislativo fizesse uma consulta ao Tribunal de Contas dos Municípios questionando dois assuntos:

1 - Os servidores teriam direito de incorporação em seus salários horas extras recebidas, acumulados depois de cinco anos ou dez intercalados?

2 - Os salários devidos e não pagos de 1996 e 2000 teriam prescrito?

Pois não é de vê, que o Doutor Procurador

do Poder Legislativo esqueceu-se de questionar no Tribunal de Contas dos Municípios tais salários de 1996 e 2000.

Que cabeça!

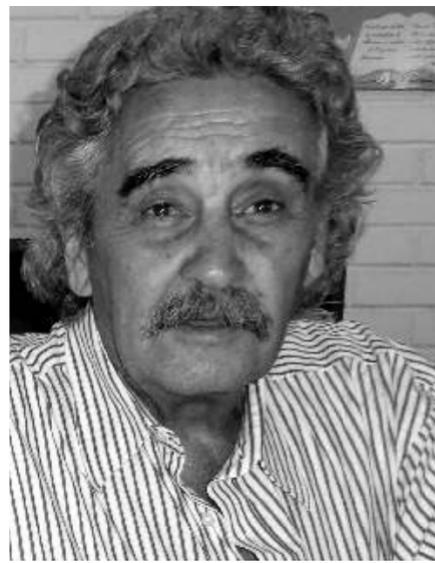
Por Falar em cabeça, olha a minha esquecendo a sugestão a Revista Veja:

Escolha uma cidade no Brasil, que pode ser através de um sorteio, analise seus balanços, e OLHE ou VEJA quanto foi arrecadado num determinado ano e como gastaram esse dinheiro.

Aí, bem, aí vamos descobrir como o Poder Público tem tanta dificuldade (?) em oferecer aos brasileiros:

- Saúde,
- Educação, e
- Segurança.

Pois OLHANDO bem, VEREMOS quanto desperdício, como festas, foguetes, brindes, medalhas, títulos e o famigerado “coffe break”.



Zeomar Gordo é vice-presidente da AFAPEMA (Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Anápolis)

MENSAGENS DOS SERVIDORES, NESTE NATAL

ANTÔNIO FERNANDES DE OLIVEIRA

Seria incompleto o raciocínio que não acreditasse que a transformação sempre está Espontaneamente no nosso pensamento, pois as grandes idéias nunca fragmentam essa Realidade. Por isso, cada um vai construindo em si mesmo o grande líder em busca das

Vitórias tão distantes, mas que nunca deixam de estar presente em seus sonhos. A vida Intelectualiza implanta novos caminhos e nestes, os conhecimentos mais eletrizantes e Demográficos que possam existir nas camadas sociais. As pessoas passam a exigir mais

Organização em tudo que precisam, e com essa dinâmica nós encontramos a Reestruturação dos atos que ficaram incompletos. A inteligência compõe, não destrói a

Esperança, o amor é um caráter incomparável de ser exposto perante aquele que não

Sente a possibilidade de retribuir o bem. Contestar ou questionar é uma espontaneidade

Popular mais nem por isso deixa de ter o seu próprio benemérito especificado no valor Unificado de cada um, e se com responsabilidade construímos com a mesma creditará

Benevolência que precisamos para viver servindo ou sendo servido e só crescemos com Liberdade de expressão, ou seja, aquela que em muitas vezes proporcionamos, mas não

Imaginamos o quanto é difícil colocar em prática porque as incompreensões atizam as Credibilidades que propiciam um feito com as características de grandeza porque todas Origens fundamentam o direito constituído e sem ele não encontramos a esperança, e o Social equilibra, mas não absolve os nossos erros, mas abrilhanta quando acertamos, em

Muitos direcionamentos. Surgem incertezas ou a complexidade, mas podem nascer as Unificações de pensamentos que sempre nos levam ao esperado. Pensar grande é buscar

Naturalmente a sua própria capacidade. Não existe avanço se não somos capazes de Impossibilitar a ignorância porque o conhecimento nos dá a superação de tudo isso.

Confiar é enaltecer o próprio consciente e isto passa a ser mais natural se temos o Intuito de mostrar a verdade daquilo que praticamos, porque a vida bem vivida sempre é

Preparada para chegarmos a um objetivo qualquer. E servir pode ser uma das mais Aperfeiçoadas que existem porque transmite aos outros uma expressão de alegria no seu

Imaginário. E ter o privilégio de servir um povo tão grande como o povo anapolino é Simplesmente estar de bem com a vida, é gostar de ser feliz é respeitar o contribuinte é

Dedicar-se de uma maneira melhor ao que fazemos, é mostrar que somos capazes de Equacionar todos os problemas, é levar adiante a idéia de nossos primórdios, que é uma



Antônio Fernandes de Oliveira é servidor municipal de Anápolis

Anápolis cheia de encantamento e perfeição e com essa alegria vamos chegando ao

Natal, o fim de ano, mas de um grande começo que ainda virá para todos nós, porque o

Ámor de nosso Bondoso Deus foi transmitido com a vinda de seu próprio filho Jesus e

Por isso todos os servidores municipais têm a imensa satisfação de desejar a todos um

Ótimo ano novo e que seja marcado para sempre com a presença do Santo Menino, o Livre arbítrio nos foi concedido para que nós vivéssemos de uma maneira esplendida e

Inteligente e com a Onipresença, a Onisciência e o Amor do Onipotente chegamos lá

Sua Misericórdia é imensa é inexplicável e pode ser transparente na vida de todos nós.

Concurso atende a 23 anos de reivindicações

“Trata-se de uma vitória do SindiAnápolis que vem reivindicando isso há 20 anos”, disse a presidente do SindiAnápolis, Regina de Faria, ao referir-se ao concurso público que está sendo promovido pela Prefeitura neste mês de dezembro.

É o primeiro concurso municipal para cargos da chamada área da administração centralizada da Prefeitura de Anápolis, que ocorre desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988.

Segundo o artigo 37, II da Constituição, “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”.

“Em Anápolis, há muitos comissionados ocupando cargos técnicos, o que é uma anomalia”, analisa Regina de Faria.

Ao longo de 23 anos, grande parte dos servidores se aposentou, faleceu ou foi exonerada. “O funcionamento de muitos departamentos só foi possível com a colocação de comissionados ou do empréstimo de servidores concursados em áreas específicas como Educação e Saúde, que tiveram concursos públicos durante este período”, explica um funcionário de carreira admitido há cerca de 30 anos. “Na Prefeitura de Anápolis faltam profissionais de carreira de todas as especialidades administrativas, inclusive engenheiros, arquitetos, fiscais, contadores, escrivães e técnicos em informática”, enumera.

HORAS EXTRAS / SALÁRIOS ATRASADOS

Câmara questiona direitos de servidores municipais

Para a diretoria do Sindianápolis e vários funcionários envolvidos, trata-se de uma traição da Câmara Municipal apoiando o indeferimento da incorporação dos valores de horas extras aos salários, e também omitindo a questão dos atrasados de 96 e 2000. Em contato com o Sindicato, tanto o presidente quanto o procurador do Legislativo anapolino haviam se posicionado favoráveis ao direito adquirido dos servidores.

Tramita no Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM), desde 18 de novembro, uma consulta versando sobre a incorporação dos valores decorrentes de horas extras trabalhadas, ao salário de vários servidores do município de Anápolis. A consulta, solicitada pela Câmara Municipal, atende a um pedido feito pelo Sindianápolis, com o objetivo de proporcionar parecer oficial do TCM sobre o assunto.

Em audiência junto ao Tribunal, no dia 27 de setembro, uma comissão formada por representantes do Sindianápolis e da Secretaria Municipal de Recursos Humanos recebeu parecer verbal dos membros do TCM dando como direito adquirido dos funcionários, a incorporação de gratificação e horas extras que eram previstas em lei. O prefeito Antônio Gomide foi informado a respeito, mas disse que necessitaria do parecer formalizado. Diante disso, o Sindicato recorreu à Câmara, que tem com-

petência para consultar o TCM.

“Mas o documento enviado pela Câmara contém vícios e julgamento de valor, extrapolando as atribuições do Legislativo”, denuncia a presidente do Sindianápolis, Regina de Faria, explicando que o pedido de consulta da câmara foi enviado ao TCM com um parecer jurídico anexado que já dá por inconstitucional a incorporação, que era amparada por lei na época em que se deram as horas extras trabalhadas. “A Procuradoria da Câmara está ocupando o lugar de Procuradoria do Município (do Executivo) e colocou sua opinião em vez de pedir ao tribunal”, analisa.

Desde janeiro de 2009, o Sindicato vem pleiteando junto à administração do município o pagamento das referidas incorporações de horas extras, em especial daquelas que já contavam com o deferimento da Procuradoria Municipal. Alguns dos servidores ora representados

possuem deferimentos há mais de 12 anos, sem que o município quite os respectivos direitos desses servidores.

Na audiência de 27 de setembro, membros do TCM mencionaram a súmula 372 do Tribunal Superior do Trabalho, que se baseia no princípio da estabilidade econômica do servidor. E o próprio Tribunal de Justiça de Goiás vem decidindo que, a revogação da lei anterior, não pode retroagir para prejudicar direito adquirido.

O TCM se manifestou a favor dos servidores, mas como a manifestação foi verbal, o Executivo anapolino quer um parecer formal dos membros daquela corte, com vistas a solucionar o problema.

ATRASADOS

Outra pendência do município, cuja consulta foi solicitada pelo Sindianápolis, mas foi deixada fora pela Procuradoria da Câmara, refere-se à divi-

da do município referente ao pagamento de salários atrasados que remontam aos anos de 1996 e 2000. Apesar da solicitação do Sindianápolis, o assunto não foi abordado na consulta emitida pela Câmara Municipal.

Os atrasados também haviam sido abordados na audiência junto ao Tribunal, no dia 27 de setembro, quando a comissão de Anápolis ouviu parecer dos membros do TCM de que não prescreve essa dívida do município.

A dívida refere-se a salários não pagos relativos aos meses de outubro, novembro, dezembro e 13º do ano de 1.996, e aos meses de outubro, novembro, dezembro e 13º de 2.000.

“Segundo ouvimos dos membros do TCM, quando lá estivemos, trata-se de direito adquirido, e salário de servidor público não prescreve”, afirma Zeomar Gordo, presidente da Afapema (Associação dos Aposentados e Pensionistas do Município de Anápolis).

PLANO DE SAÚDE

Sindicatos continuam buscando solução

As diretorias do Sindianápolis, do Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino (Sinpma) e a delegada em Anápolis do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde GO (Sindisaúde), juntamente com a assessoria jurídica dos mesmos, continuam reivindicando a contratação de um plano de saúde para os servidores do município, por parte da Prefeitura. “Trata-se de uma bandeira do Sindianápolis e um desejo antigo do funcionalismo anapolino”, afirma a presidente do Sindianápolis, Regina de Faria.

Entretanto, “há forte resistência por parte do Executivo em assumir a responsabilidade pelo contrato e gestão de um plano junto a uma prestadora de serviços de saúde”, diz, e acrescenta que “o prefeito não tem se mostrado sensibilizado e chegou a sugerir que os próprios sindicatos celebrem convênio com as operadoras”.

A presidente explica também que o Sindianápolis “não teria meios de gerir o fluxo financeiro de verbas, e nem o fluxo operacional de encaminhamento dos usuários para consultas e exames”, por não dispor de domínio sobre o caixa da Prefeitura

e de estrutura de apoio suficiente.

ALTERAÇÃO INSUFICIENTE

“Até o presente, a única ação do prefeito, no caso, foi insuficiente, pois se limitou a introduzir no Estatuto do Servidor, a possibilidade de desconto em folha, sem, contudo, garantir a participação financeira da Prefeitura no processo”, diz a presidente do Sindianápolis.

Não foi levada em consideração uma questão importante, que é o valor máximo de crédito consignado permitido por lei para cada servidor, que não pode ultrapassar a 30% da remuneração. “Essa restrição vai prejudicar grande parte dos servidores”, afirma a presidente do Sindianápolis. Segundo informações, mais da metade dos funcionários municipais já têm seus vencimentos comprometidos.

A presidente ainda acrescenta que “o Sindianápolis reivindica um plano que seja acessível a todos, principalmente aos de remuneração mais baixa”.

Diante da omissão do Executivo, os sindicatos continuam trabalhando em busca de uma solução, para apresentá-la ao prefeito.

INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Laudo da perícia já está no Judiciário

O laudo da perícia relativa ao Adicional de Insalubridade e Periculosidade de vários servidores municipais de Anápolis foi protocolado bem na reabertura do Fórum, no dia 24 de novembro. Até aquela data, os serventuários da Justiça estavam em greve.

A perícia faz parte do processo judicial n.º 200704197817, em curso na Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos de Anápolis, referente ao corte efetuado pela Prefeitura naqueles proventos. A perícia, concluída no dia 12 de setembro, foi realizada pela médica Katharina Cremonesi, em diversos locais de trabalho dos servidores.

A presidente do Sindianápolis, Regina de Faria, explica que o processo foi proposto por dezenas de servidores

públicos, devidamente amparados e assessorados pelo Sindicato e seu departamento jurídico, objetivando impedir a perda dos índices de insalubridade ocorrida em 2006, quando a Prefeitura suprimiu o benefício Adicional de Insalubridade e Periculosidade de vários servidores.

Cinco anos transcorreram até que o Judiciário determinasse a realização de perícia para alguns dos autores da ação. Iniciada em 16 de junho, a perícia foi realizada em diversos locais relevantes para análise, como cemitérios, centro de zoonose, pátios dos setores de infraestrutura, CMTT, banheiros públicos, e outros.

“O Sindicato espera que os dados da perícia venham demonstrar a realidade das condições de trabalho dos servidores”, afirma a presidente.

(parte do empregador) também devem ser repassados.

Em outubro, chegou a ocorrer um déficit nos repasses ao ISSA de mais de R\$ 4,5 milhões, de acordo com demonstrativo do próprio instituto. Só da parte do servidor o montante chegou a quase R\$ 450 mil. “Trata-se de apropriação indébita, e é crime. Caso isso ocorresse na iniciativa privada, os responsáveis já teriam respondido penalmente”, diz.

A situação fica mais grave, afirma a presidente, porque para conseguir o Certificado de Regularidade Previdenciária, os repasses são colocados em dia, “mas tão logo o documento é obtido voltam os atrasos”.

Analisando o caso, diretores do Sindicato afirmam que esta tem sido a prática do Executivo desde a criação do sistema previdenciário próprio. “É justamente esta a principal causa da situação deficitária que o instituto sempre viveu”.

Sindianápolis alerta sobre apropriação indébita de repasses ao ISSA

A presidente do Sindianápolis, Regina de Faria, disse que há evidências da prática de apropriação indébita por parte da Prefeitura Municipal no que se refere aos repasses relativos ao valor retido mensalmente em folha de cada servidor, que deveriam ser repassados ao ISSA (correspondente a 11% dos proventos). Outros 22%



**Federação das Entidades
Sindicais dos Servidores
Públicos Municipais do
Estado de Goiás**



**NOVA CENTRAL
SINDICAL DOS TRABALHADORES**

**UNICIDADE
DESENVOLVIMENTO
JUSTIÇA SOCIAL**